

Nesse número da *Revista Teias*, apresentamos o dossiê “A produção biopolítica das definições curriculares no Brasil contemporâneo”, que conta com produções voltadas para a análise das relações entre os currículos e os modos de regulação social, operando com uma noção de poder produtivo e microfísico. Essa organização é parte de ações tentaculares da Associação Brasileira de Currículo (ABdC) com vistas a disseminar o que tem sido elaborado no campo e, simultaneamente, participar das políticas educacionais no país. Afinal, em um momento no qual vivenciamos o fechamento e a privatização de escolas públicas em várias partes do país, como parte de iniciativas oficiais mais amplas que expressam uma vontade de standardização curricular, cresce a importância da participação de coletivos organizados – como a ABdC – nas lutas por significar os debates sobre aquilo que conta (e o que não conta) como *conhecimento válido* nos currículos e nas avaliações da educação básica.

O dossiê aqui apresentado assume, portanto, uma visão de currículo não essencializada, em meio a uma noção de política não estadocêntrica. Tal perspectiva tem sido assumida pelo campo do Currículo no Brasil em meio a uma forte influência da obra de Michel Foucault na produção de estudos pós-críticos. Isso é o que aponta Marlucy Paraiso (2005) ao esboçar, a partir da análise de produções divulgadas, entre 1993 e 2002, no GT de Currículo da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), um mapa do currículo pós-crítico no país, destacando o quanto tais produções experimentam a noção de poder foucaultiana em variados objetos de pesquisa. No diálogo com esse mapa, Carolina Vilela (2013, p. 77), investigando os trabalhos apresentados nesse mesmo GT, entre 2003 e 2012, destaca que os mesmos vieram operando, preferencialmente, “com as noções de governo e subjetivação, sociedade disciplinar a produção dos sujeitos na perspectiva das governamentalidades”.

É esse também o movimento do presente dossiê, organizado a partir de um maior número de produções que dialogam com Michel Foucault operando mais densamente com essas mesmas noções. Tal movimento se dá ora investindo em reflexões teóricas sobre as formas de vigilância, controle e regulação da vida e do coletivo e as possibilidades de subversão por meio de currículos a serviço da vitalidade (biocurrículos) e biopotentes, ora analisando um programa da rede de ensino de Novo Hamburgo/RS que, segundo as autoras, “opera uma estratégia biopolítica, a qual visa ao governo da população, buscando a aprendizagem para todos no intuito de minimizar o insucesso escolar”.

---

Mas esse não é o único movimento mapeado no dossiê. Desviam desse caminho duas produções: uma primeira, mais fortemente voltada para os discursos que constituem a docência, colocando Foucault em diálogo com autores como Deleuze e Bergson; uma segunda, que se afasta do movimento hegemônico no campo ao colocar Deleuze no centro de suas reflexões para pensar, a partir do filme *Onde Fica a Casa do Meu Amigo?*, de Abbas Kiarostami, sobre questões que tangenciam as discussões curriculares via o “o uso do caderno em uma escola, e a amizade que se faz, muitas vezes, condição para pensar, e ir além dos próprios limites”.

Em meio a tais multiplicidades, a leitura desse conjunto de trabalhos certamente nos ajuda a pensar os currículos da contemporaneidade em meio a jogos de saber/poder, entendendo-os como parte dos processos de regulação social que nos ensinam quem somos (e quem não somos) e o que devemos/podemos (e o que não devemos/podemos) saber nesse mundo. Em tempos onde as tentativas de standardização dos currículos se mostram tão evidentes, pressionando universidades e escolas, professores e estudantes, em torno de currículos *mínimos, comuns e/ou nacionais*, percebemos o quanto as reflexões aqui relatadas nos possibilitam enfrentar de modo subversivo os desafios impostos pelas políticas recentes. Afinal, se a experiência formativa é um dos alvos principais dessas políticas, como subvertê-las de modo produtivo, contestando a standardização curricular e apoiando as inúmeras reivindicações por educações que se constituam forjando e disponibilizando pautas nas quais a diferença é a meta a ser conquistada como orientação para se *pensarfazer* currículos. Em especial, no diálogo com Foucault, entendemos a fecundidade do conceito de *biopolítica* para pensar a produção das definições curriculares no Brasil contemporâneo. Ele emerge como um *analisador* importante das formas de governo atuais, até porque se instaura a partir de movimentos que realçam a vontade de controle e as re-existências em face deles. Afinal, se entendermos *formação como modo de ser*, trabalhar de modo subversivo com as experiências singulares passa a ser uma ameaça, uma vez que os espíritos improgramáveis são perigosos para os que se identificam com a norma.